

**LEI COMPLEMENTAR Nº 106**

*Dispõe sobre o Sistema de Previdência Municipal de PRESIDENTE PRUDENTE, autoriza criação de Entidade de Previdência e dá outras providências.*

**A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E EU, AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA FILHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, SP., no uso de minhas atribuições sanciono e promulgo a seguinte lei:**

**TÍTULO I  
DAS FINALIDADES, DEFINIÇÕES E PRINCÍPIOS  
DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL**

**CAPÍTULO I  
DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL**

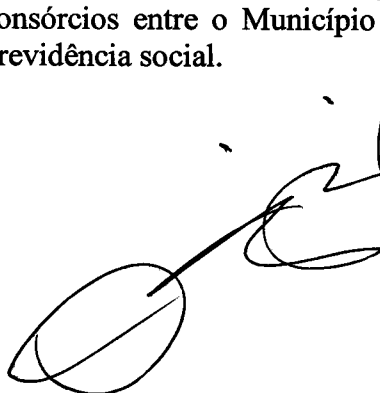
**Art. 1º.** Esta Lei Complementar ordena o sistema de previdência dos servidores do **Município de PRESIDENTE PRUDENTE**, de suas autarquias e fundações, dispondo acerca da natureza e das características dos benefícios previdenciários dos servidores da administração direta ou indireta titulares de cargo efetivo, bem como acerca do respectivo regime de custeio.

**CAPÍTULO II  
DAS FINALIDADES**

**Art. 2º.** O Sistema de Previdência Municipal tem por finalidade assegurar o gozo dos benefícios previstos nesta Lei Complementar, a serem custeados pelo Município e pelos participantes e beneficiários, na forma dos instrumentos normativos correspondentes.

**Parágrafo único.** É vedado o pagamento de benefícios mediante a celebração de convênios e consórcios entre o Município e Estados ou outros Municípios e seus regimes próprios de previdência social.

**CAPÍTULO III  
DAS DEFINIÇÕES**





PRESIDENTE  
PRUDENTE

**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 3º.** Para os efeitos desta Lei Complementar, definem-se como:

**I - participante:** servidor público titular de cargo efetivo do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, de suas autarquias e fundações, e os aposentados;

**II - beneficiário:** pessoa que, na qualidade de dependente de participante, pode exigir o gozo de benefício especificado nesta Lei Complementar;

**III - plano de benefícios:** especificação dos benefícios atribuídos por esta Lei Complementar aos seus participantes e beneficiários;

**IV - plano de custeio:** regulamento e especificação das regras relativas às fontes de receita do Sistema de Previdência Municipal necessárias ao custeio dos seus benefícios;

**V - hipóteses atuariais:** conjunto de parâmetros técnicos adotados para a elaboração da avaliação atuarial necessária à quantificação das reservas técnicas e elaboração do plano de custeio do Sistema de Previdência Municipal;

**VI - reserva técnica:** expressão matemática das obrigações monetárias líquidas do Sistema de Previdência Municipal;

**VII - reserva matemática:** expressão dos valores atuais das obrigações do Sistema de Previdência Municipal relativas a benefícios concedidos, no caso de participantes que recebam ou possam exercer direitos perante o Sistema, e a benefícios a conceder, no caso dos que não implementaram os requisitos para solicitar benefícios especificados no regulamento próprio;

**VIII - recursos garantidores integralizados:** conjunto de bens e direitos integralizados ao Sistema de Previdência Municipal para o pagamento de suas obrigações previdenciárias;

**IX - reservas por amortizar:** parcela das reservas técnicas a integralizar através de um plano suplementar de amortização do Sistema de Previdência Municipal, podendo ser por contribuição suplementar temporária;

**X - parcela ordinária de contribuição:** parcela da remuneração, do subsídio ou do provento recebido pelo participante ou beneficiário sobre a qual incide o percentual de contribuição ordinária para o plano de custeio, assim entendidas as verbas de caráter permanente atribuídas ao cargo efetivo;

**XI - percentual de contribuição ordinária:** expressão percentual calculada atuarialmente considerada necessária e suficiente ao custeio ordinário do plano de benefícios mediante a sua incidência sobre a parcela ordinária de contribuição;

**XII - contribuições ordinárias:** montante de recursos devidos pelo Município e pelos participantes do Sistema de Previdência Municipal para o custeio do respectivo plano de benefícios, resultante da aplicação dos percentuais de contribuição ordinária sobre a respectiva parcela de contribuição;

**XIII - contribuição definida:** contribuição condizente com um plano ou um benefício estruturado no modelo técnico-atuarial que atribui ao participante um benefício atuarialmente calculado resultante das contribuições realizadas durante o período de diferimento do referido benefício;

**XIV - índice atuarial:** indicador econômico adotado na definição e elaboração do plano de custeio para atualização monetária das suas exigibilidades;

**XV - taxa de juro técnico atuarial:** taxa de juros real adotada como premissa na elaboração do plano de custeio, definida como taxa de remuneração real presumida dos bens e direitos acumulados e por acumular do Sistema de Previdência Municipal; e

**XVI - equilíbrio atuarial:** correspondência técnica entre as exigibilidades decorrentes dos planos de benefícios e as reservas matemáticas resultantes do plano de custeio.

**CAPÍTULO IV  
DOS PRINCÍPIOS**

**Art. 4º.** Os recursos garantidores integralizados ao Sistema de Previdência Municipal têm a natureza de direito coletivo dos participantes.

**§ 1º.** O gozo individual pelo participante, ou por seus beneficiários, do direito de que trata o *caput* fica condicionado ao implemento de condição suspensiva correspondente à satisfação dos requisitos necessários à percepção dos benefícios estabelecidos nesta Lei Complementar, na legislação supletiva e no regulamento do Sistema de Previdência Municipal.

**§ 2º.** A retirada, voluntária ou normativa, do participante do Sistema de Previdência Municipal não atribui direito à parcela ideal dos recursos garantidores.

**Art. 5º.** É vedado alterar o equilíbrio atuarial do Sistema de Previdência Municipal mediante:  
**I** - a criação ou assunção de benefícios sem o anterior ajuste do plano de custeio e a prévia integralização de reservas para benefícios concedidos;  
**II** - a alteração do regime de pagamento de recursos garantidores por amortizar e das contribuições ordinárias financeiramente exigíveis para o custeio dos planos de benefícios; ou  
**III** - a desafetação, total ou parcial, dos recursos garantidores, integralizados ou por amortizar.

**Art. 6º.** A parcela ordinária de contribuição corresponderá tão-só às verbas de caráter permanente integrantes da remuneração ou do subsídio dos participantes, ou equivalentes valores componentes dos proventos ou pensões, conforme definidas em lei.

**Parágrafo único.** Sujeitam-se ao regime de que dispõe o *caput* as parcelas de caráter temporário já incorporadas na forma da legislação vigente às verbas que compoem os proventos de aposentadoria.

**Art. 7º.** Os percentuais de contribuição ordinária serão estabelecidos mediante prévio estudo técnico-atuarial, devendo observar o tratamento isonômico entre grupos de participantes e beneficiários, consideradas as características das respectivas massas, quanto a idade, sexo, família, remuneração, expectativa de vida e demais componentes necessários aos cálculos correspondentes.

**Parágrafo único.** Somente se admitirão percentuais de contribuições ordinárias diferenciados entre os grupos de participantes ativos e inativos e respectivos beneficiários, se demonstradas, prévia e atuarialmente, distinções e conseqüências significativas para o custeio dos planos de benefícios.

**Art. 8º.** O plano de custeio do Sistema de Previdência Municipal, compreendendo o regime de constituição de reservas por amortizar e de contribuições ordinárias, será estabelecido observando-se o equilíbrio atuarial com o plano de benefícios, de acordo com análise técnica que deverá ser realizada anualmente.

**Art. 9º.** A gestão econômico-financeira dos recursos garantidores será realizada mediante atos e critérios que prestigiem a máxima segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos

recursos, garantindo-se a permanente correspondência entre as disponibilidades e exigibilidades do Sistema de Previdência Municipal.

§ 1º. Será assegurado pleno acesso do participante às informações relativas à gestão do Sistema de Previdência Municipal.

§ 2º. Deverá ser realizado regime contábil individualizado por participante das contribuições, em que constará:

**I** - nome;

**II** - matrícula;

**III** - remuneração ou subsídio;

**IV** - valores mensais e acumulados da contribuição do participante; e

**V** - valores mensais e acumulados da contribuição do ente estatal referente ao participante.

§ 3º. O participante será cientificado das informações constantes do seu registro individualizado, mediante extrato anual de prestação de contas.

## TÍTULO II DOS REGIMES DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS

### CAPÍTULO I DOS PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS

**Art. 10.** São participantes obrigatórios do Sistema de Previdência Municipal todos aqueles especificados no inciso I do art. 3º desta Lei Complementar.

**Art. 11.** São beneficiários do Sistema de Previdência Municipal, na qualidade de dependentes dos participantes, exclusivamente:

**I** - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho, ou equiparado, não emancipado, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

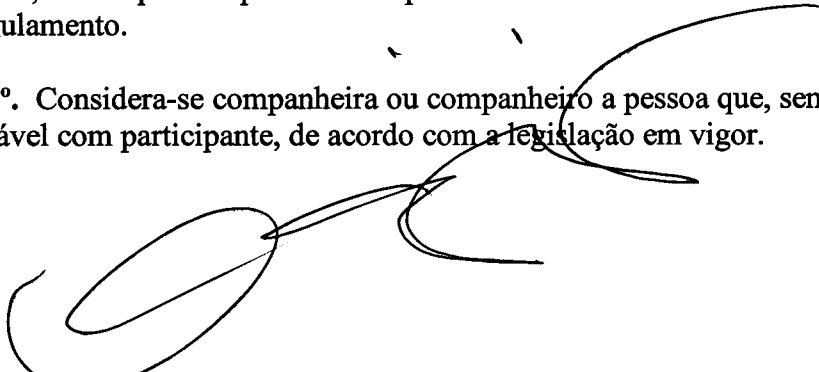
**II** - os pais, desde que comprovem depender econômica e financeiramente do participante; e

**III** - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido, desde que comprove depender econômica e financeiramente do participante.

§ 1º. A existência de dependente de qualquer das classes indicadas em um dos incisos deste artigo exclui do direito os indicados nos incisos subseqüentes.

§ 2º. Equiparam-se a filho, mediante declaração do participante, o enteado e o menor sob tutela, desde que comprovada a dependência econômica e financeira na forma estabelecida no regulamento.

§ 3º. Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com participante, de acordo com a legislação em vigor.



§ 4º. Presume-se a união estável quando comprovada a existência de filhos em comum e o esforço recíproco para a formação de entidade familiar.

§ 5º. A dependência econômica e financeira das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada, constituindo requisito para a atribuição da qualidade de dependente e o gozo de benefícios.

## **CAPÍTULO II** **DA INSCRIÇÃO DO PARTICIPANTE** **E DOS SEUS DEPENDENTES**

**Art. 12.** A filiação do participante ao Sistema de Previdência Municipal é automática a partir da posse em cargo efetivo da estrutura de órgão ou entidade do Município e de suas autarquias e fundações, e demais entidades sob seu controle direto ou indireto, e a dos seus dependentes será feita mediante inscrição.

**Art. 13.** Incumbe ao participante, no momento em que ocorrer o fato que justifica a pretensão, inscrever seus dependentes mediante o fornecimento dos dados e cópias de documentos que comprovam a qualidade legal requerida.

§ 1º. Constituem documentos necessários à inscrição de dependente:

**I** - cônjuge e filhos: certidões de casamento e de nascimento;

**II** - companheira ou companheiro: documento de identidade e certidão de casamento com averbação da separação judicial ou divórcio, quando um dos companheiros, ou ambos, já tiver sido casado, ou de óbito, se for o caso, e declaração judicial, ou lavrada perante Ofício de Notas, da existência de união estável;

**III** - enteado: certidão de casamento ou de existência de união estável do participante e de nascimento do dependente;

**IV** - equiparado a filho: documento de outorga de tutela ao participante e certidão de nascimento do dependente;

**V** - pais: certidão de nascimento do participante e documentos de identidade de seus progenitores; e

**VI** - irmão: certidão de nascimento.

§ 2º. Para comprovação do vínculo e da dependência econômica e financeira, conforme o caso, poderão ser apresentados os seguintes documentos:

**I** - certidão de nascimento de filho havido em comum;

**II** - certidão de casamento religioso;

**III** - declaração do imposto de renda do participante em que conste o interessado como seu dependente;

**IV** - disposições testamentárias;

**V** - anotação constante na Carteira Profissional e/ou na Carteira de Trabalho e Previdência Social, feita pelo órgão competente;

**VI** - declaração específica feita perante tabelião;

**VII** - prova de mesmo domicílio;

**VIII** - prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;

**IX** - procuração ou fiança reciprocamente outorgada;

**X** - conta bancária conjunta;

**XI** - registro em associação de qualquer natureza em que conste o interessado como dependente do participante;

**XII** - anotação constante de ficha ou livro de registro de participantes;

**XIII** - apólice de seguro da qual conste o participante como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;

**XIV** - ficha de tratamento em instituição de assistência médica em que conste o participante como responsável;

**XV** - escritura de compra e venda de imóvel pelo participante em nome de dependente;

**XVI** - declaração de não emancipação do dependente menor de vinte e um anos; ou

**XVII** - quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar.

§ 3º. Qualquer fato superveniente à filiação do participante que implique exclusão ou inclusão de dependente deverá ser comunicado de imediato ao órgão ou entidade do Sistema de Previdência Municipal, mediante requerimento escrito acompanhado dos documentos exigíveis em cada caso.

§ 4º. O participante casado não poderá realizar a inscrição de companheira enquanto mantiver convivência com o cônjuge ou não caracterizar a ocorrência de fato que possa ensejar sua separação judicial ou divórcio.

§ 5º. Somente será exigida a certidão judicial de adoção quando esta for anterior a 14 de outubro de 1990, data do início de vigência da Lei Federal nº 8.069, de 1990.

§ 6º. Sem prejuízo do disposto no inciso II do § 1º deste artigo, para a comprovação de união estável com companheira ou companheiro, os documentos enumerados nos incisos III, IV, V e XII do § 2º constituem prova suficiente ao deferimento da inscrição; devendo os demais ser considerados em conjunto de no mínimo três, a serem corroborados, quando necessário, por justificação administrativa processada na forma desta Lei Complementar.

§ 7º. No caso de pais, irmãos, enteados ou equiparados a filho, a prova de dependência econômica e financeira será feita por declaração do participante firmada perante o órgão ou entidade do Sistema de Previdência Municipal, acompanhada de um dos documentos referidos nos incisos III, V, VI e XIII do § 2º, que constituem prova suficiente; devendo os documentos referidos nos incisos IV, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIV e XV ser considerados em conjunto de no mínimo três, a serem corroborados, quando necessário, por justificação administrativa ou parecer sócio-econômico do órgão ou entidade do Sistema de Previdência Municipal.

§ 8º. No caso de dependente inválido, para fins de inscrição e concessão de benefício, a invalidez será comprovada mediante exame médico-pericial a cargo do órgão ou entidade do Sistema de Previdência Municipal.

